

DISCURSO DE POSSE NO CNJ

Na data de hoje, penduro a surrada toga que usei por trinta e dois anos para enfrentar o maior desafio da minha vida profissional.

Distinguida por escolha dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, estou pronta para, pela primeira vez, deixar a atividade judicante e assumir a função de fiscalizar a distribuição da Justiça e o andamento dos serviços forenses, funções estatais divorciadas dos mandamentos constitucionais.

A Constituição Federal garante, como direito fundamental, a “razoável duração do processo e dos meios de celeridade de sua tramitação”, mas sabemos todos, profissionais do direito e cidadãos, o descompasso da realidade com a ordem constitucional, à mostra quando da atuação do Conselho Nacional de Justiça, criado com a Emenda Constitucional nº 45/2004.

Pela primeira vez, em dois séculos, a Justiça Brasileira foi avaliada em números e em custo. Pela primeira vez foram feitos diagnósticos oficiais do funcionamento da prestação jurisdicional, dos serviços cartorários oficiais e extrajudiciais. Pela primeira vez, veio ao conhecimento de todos, inclusive dos próprios protagonistas da função judicante (juiz, promotor, advogado e serventuário, o resultado de uma justiça cara, confusa, lenta e ineficiente).

O diagnóstico trouxe à baila as entranhas da mais importante atividade estatal neste início de século, quando o Brasil, seguindo o exemplo das nações civilizadas do ocidente, reconheceu os direitos de terceira geração, os meios de solução dos conflitos coletivos, colocando no Judiciário a fiança do Estado Democrático de Direito.

A radiografia da realidade, retratada nas avaliações do CNJ, requer soluções urgentes e grandiosas, sem espaço para a continuidade das desculpas tradicionais, firmada na cultura do repasse de culpas, na busca dos responsáveis pelos desmandos históricos e perversos, os quais fez nascer segmentos paralelos locupletando-se econômica e politicamente da disfunção estatal.

Não está sendo fácil corrigir os rumos, implantar práticas administrativas modernas, desalojar os vilões do Poder e, sobretudo, mudar os usos e costumes de um Judiciário desenvolvido à sombra de uma sociedade elitista, patrimonialista, desigual e individualista. Este não é um trabalho de poucos e para pouco tempo. É meta arrojada a exigir esforço concentrado de todos os atores da atividade judicante, especialmente dos magistrados. Não podemos esperar pelo legislador ou pelo Executivo. A iniciativa da reconstrução é nossa, de magistrados responsáveis diretos pela aplicação da lei e a referência primeira da cidadania, quando agredida em seu direito.

Nessa linha de compreensão, à frente da Corregedoria Geral do Conselho Nacional de Justiça, não tenho ilusões, precisarei de muito trabalho, bom senso e paciência, mesmo com a vantagem de encontrar um caminho já trabalhado com veemente determinação pelo Ministro Gilson Dipp e sua eficiente assessoria.

Dois pontos me parecem fundamentais: mudança de mentalidade no enfrentamento da gestão judiciária e devolução da autoestima à magistratura, amesquinhada e maltratada ao longo dos anos, pela ineficiência sistêmica do Poder.

A gestão administrativa proposta e já implementada pelo CNJ, muitas vezes traumática para os Tribunais mais arraigados a uma cultura bonapartista, não sofrerá solução de continuidade. Pretendo seguir os dez

projetos inaugurados pelo meu antecessor, monitorando os resultados e corrigindo os rumos neste trabalho de reengenharia e auditoria de importância fundamental. Por isso mesmo mantereí na minha equipe dois juízes auxiliares da gestão antecedente e todo o corpo funcional de apoio.

O mesmo proceder será adotado em relação aos projetos a se desenvolver fora da Corregedoria, a cargo do Presidente, Ministro Cezar Peluso e dos meus pares, os Conselheiros, de quem espero o apoio incondicional nesse trabalho de reconstrução, igualmente empenhados na eficiência da instituição Justiça.

Minha segunda meta é bem mais ambiciosa e de difícil alcance. Afinal, pelo esvaziamento da figura do juiz, houve uma progressiva degeneração nos objetivos deste profissional, aos poucos, perdendo a perspectiva de si mesmo como agente do poder estatal, amesquinhado com projetos pessoais, fugindo inteiramente do compromisso institucional. Quase em movimento imperceptível, o magistrado vai ficando desacreditado e o pior, ele mesmo já não mais se acredita como agente político e de pacificação social; age como mera autoridade judicial, uma espécie de chefe de repartição, cujo compromisso maior é o de terminar a sua tarefa, assinando papéis onde retrata a sua opinião técnica sobre o litígio, alheio aos reclames de uma sociedade inconformada com as respostas inconclusivas de uma decisão judicial.

A solução adequada, não tenho dúvida, somente virá a longo prazo, na medida em que as Escolas de Magistraturas adotarem como tarefa precípua a formação dos agentes de poder, ensinando ao magistrado ser a sua atividade muito maior e além de dar uma sentença ou assinar um despacho. É preciso fazer o magistrado parceiro da cidadania a quem está a serviço. Daí a importância da Escola Nacional de Formação e

Aperfeiçoamento de Magistrados, também criada com a Emenda Constitucional nº 45/2004.

Entretanto, não mais podemos esperar; e na urgência urgentíssima em que nos encontramos, é preciso, todos nós, magistrados, acreditando no Judiciário, passemos a desconstruir o castelo burocrático de um falido sistema de pseudos disciplinados e hipócritas profissionais para, com coragem, não só aceitarmos as mudanças, mas delas também participarmos, quebrando paradigmas, na certeza de, sem um Judiciário eficiente, será inteiramente impossível a funcionalidade estatal.

Com esse pensamento, estarei na Corregedoria, sensível às inovações, aos diálogos e às queixas, oferecendo ombro institucional a quem pretenda cumprir o seu dever de cidadania e de julgador. Por isso mesmo já anuncio dois projetos para imediata execução: o primeiro, a ser implantado de imediato, chamamos de “Justiça em Dia”, objetivando alavancar os processos paralisados à espera de julgamento.

Visa, em um primeiro momento, atender aos jurisdicionados aguardando por uma resposta dos Tribunais e, em um segundo passo, também aliviar os julgadores, sem condições de realizar a tarefa a seu cargo. O projeto não busca culpados e sim soluções, julgamento rápido, ao tempo em que oferece assessoria de gestão individualizada a cada gabinete, sem contemplação alguma com aqueles que fizeram da toga um mero emprego público.

O projeto piloto será implantado, em princípio, nos Tribunais Regionais Federais, com a parceria do Conselho da Justiça Federal e da Associação dos Juízes Federais. Em um segundo momento, com a parceria dos Desembargadores Corregedores e Presidentes dos Tribunais de Justiça, estenderemos à Justiça Estadual. Trata-se de um audacioso projeto para o qual conclamo toda a magistratura, em quase um esforço de guerra, cujo

objetivo final será devolver aos julgadores a autoestima perdida e a credibilidade abalada.

Um segundo projeto esboçado pretende fazer o acompanhamento e monitoramento de demandas de grande repercussão para a sociedade, envolvendo interesse público relevante. Com o desígnio, terá o magistrado o apoio necessário para realizar um trabalho, na solidão do gabinete, penoso, perigoso e difícil.

Com os dez projetos já em andamento, herdados do Ministro Dipp, acresço os dois aqui anunciados, delineando o perfil da nova administração: modernizar a gestão em parceria com os diversos segmentos do Poder.

No que diz respeito à atividade correcional, estejam todos certos de o Conselho Nacional de Justiça, pela sua Corregedoria, será implacável com a corrupção, prática deletéria necessitando ser banida e com urgência do âmbito do Judiciário.

Com o sentimento de minha tradição, mantereí o respeito à hierarquia, atenta ao fato de ser a Magistratura uma carreira hierarquizada. Com esse pensamento coloquei dentre os magistrados auxiliares dois desembargadores, um estadual e outro federal, recaindo as escolhas nas pessoas dos Desembargadores Silvio Marques e Vladimir Passos de Freitas. Serão eles a minha *longa manus* nos Tribunais.

Tenho na construção desta reengenharia complicada três magistrados de apoio: os Juízes Ricardo Cunha Chimenti e Nicolau Lupianhes Neto, ambos da equipe antecedente, experientes e fiéis escudeiros na difícil tarefa fiscalizadora. Do nordeste, trouxe a Juíza Agamenilde Arruda Vieira Dantas, paraibana guerreira e rebelde, inconformada com a manutenção do *status quo* e, por isso mesmo, indicada na tarefa de mudança. Do sul, guindei o Juiz Júlio Cesar Machado Ferreira de Melo, jovem, mas experiente no trato dos trabalhos da Corregedoria do

Tribunal de Santa Catarina. Por último, apresento o mais próximo dos meus auxiliares, o Juiz Federal Erivaldo Ribeiro dos Santos, responsável direto pela transição das atribuições, nas mãos de quem coloquei o trabalho de montagem da minha equipe.

Estou certa: terei dois anos de muito trabalho, de muitas preocupações e incompreensões, mas ao final, quando tudo terminar pretendo dizer sem orgulho que, Dom Quixote tinha razão: é possível fazer parar o moinho de vento.

Muito obrigada!